

769, 09.04.25, 14h01



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM


Presidente

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Concede o título honorífico de Cidadã de Belém à Senhora Dilvanda Furtado Faro e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Belém, estatui eu sanciono o seguinte decreto legislativo

Art. 1º. Fica concedido o título honorífico de Cidadã de Belém à **Senhora Dilvanda Furtado Faro.**

Art. 2º. A Honraria de que trata o presente decreto legislativo será entregue em Sessão Solene, a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de Belém em dia e hora previamente designados.

Art. 3º. Esta decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, em Belém, aos 09 de abril de 2024.


Vereador **RILDO PESSOA**



**ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM**

JUSTIFICATIVA

Encaminho para apreciação de meus pares Projeto de Decreto Legislativo que "Concede o título honorífico de Cidadã de Belém à Senhora Dilvanda Furtado Faro e dá outras providências"

Natural de Bujaru, Dilvanda Faro (PT) iniciou a vida política aos 17 anos, na Pastoral da Igreja Católica, e filiou-se ao PT em 1987. Dilvanda é residente do município de Belém desde a década de 1990. Casada há mais de 30 anos com o Senador Beto Faro (PT), é mãe de Yasmim e Yuri. Depois de alguns anos de militância e trabalhos junto ao partido, em 2012 concorreu ao cargo de Prefeita em Acará, não se elegendo. Na eleição seguinte concorreu novamente e mais uma vez não logrou êxito. Nas eleições de 2018, foi eleita deputada estadual com 43.796 votos, sendo a única mulher da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Estado do Pará naquela gestão. Na Alepa Dilvanda foi integrante da Bancada Feminina e procuradora adjunta da Procuradoria Especial da Mulher da Alepa. Exerceu ainda a função de segunda secretária da Mesa Diretora (2021/2023). E nos primeiros anos do mandato (2019 e 2021), atuou como terceira secretária na instituição. Na 57ª Legislatura na Câmara Federal é 1ª vice-presidente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, e integra a Frente Parlamentar para o Fortalecimento da COP-30 no Brasil e também da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável.